



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 13 de Abril de 2021  
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2098



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº. 2414 DE 13 DE ABRIL DE 2021.

"Aprova o Loteamento denominado Ruy Barbosa, de propriedade de Elio e Barbosa Empreendimentos Imobiliários Ltda., e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, bem como suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 1546, de 21 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Monte Carmelo/MG;

**CONSIDERANDO** que o loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

**CONSIDERANDO** que foram observadas pelo loteador todas as etapas de análise e aprovação do anteprojeto, projeto urbanístico, projetos complementares e projeto urbanístico final, bem como todos os requisitos urbanísticos para o loteamento, sendo expedido o Decreto 2318, de 17 de setembro de 2020, que dispõe sobre a aprovação do Loteamento denominado Ruy Barbosa, de propriedade de Elio e Barbosa Empreendimentos Imobiliários Ltda.;

**CONSIDERANDO** o requerimento apresentado pelo interessado Elio e Barbosa Empreendimentos Imobiliários, que requer a renovação do Decreto de Aprovação do Loteamento Ruy Barbosa, bem como a emissão do Alvará de Aprovação, tendo em vista que operou a caducidade da aprovação, nos termos do art. 18 da Lei 6766/1979, sendo requerido pelo Cartório de Registro de Imóveis sua revalidação;

**CONSIDERANDO** que a Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo, instituída pela Lei 1546/2019, de caráter consultivo e deliberativo, formada por representantes das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos; Fazenda; Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente; Procuradoria Geral do Município e Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, deliberou pela aprovação e revalidação das diretrizes urbanísticas do Loteamento Ruy Barbosa, de propriedade de Elio e Barbosa Empreendimentos Imobiliários Ltda.;

**CONSIDERANDO** o interesse público;

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovado o loteamento denominado Ruy Barbosa, de propriedade de Elio e Barbosa Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrito no CNPJ: 28.748.610/0001-97, localizado no perímetro urbano do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 41.573 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo.

**§1º** O prazo para execução das obras de infraestrutura é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação deste Decreto no Diário Oficial do Município, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Loteador e aprovada pela Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo.

**§2º** O loteamento terá uso residencial e/ou comercial.

**Art. 2º** A faixa de terreno descrita na matrícula 41.573 a ser loteada está constituída de 25 Quadras e 431 Lotes, assim especificadas:

- I. Área total da matrícula: 157.884,00m²;
- II. Área de Preservação Permanente: 11.175,00m²;
- III. Área loteável: 146.709,00m²;
- IV. Lotes úteis: 425 lotes, com área de 83.266,28m²;
- V. Áreas Institucionais: 7.475,65m²;
- a) Lote 01 da Quadra 01, com área de 625,47m², que será destinado ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE;
- b) Lote 01 da Quadra 07, com área de 2.938,78m²;
- c) Lote 01 da Quadra 14, com área de 857,84m²;
- d) Lote 01 da Quadra 15, com área de 2.705,97m²;
- e) Lote 01 da Quadra 24, com área de 347,59m²;
- VI. Sistema Viário: 52.412,75m²;
- VII. Áreas Verdes: 14.729,32m²;
- a) Lote 01 da Quadra 25, com área de 3.554,32m²;
- b) Área de Preservação Permanente: 11.175,00m².

**§1º** No caso da Área de Preservação Permanente – APP deverão ser respeitados os impedimentos legais de uso e ocupação.

**§2º** Foi permitido o cômputo da Área de Preservação Permanente – APP no cálculo de até 80% (oitenta por cento) do total das áreas verdes do loteamento, conforme dispõe o art. 10, §5º da Lei Municipal 1546/2019 e Decreto Estadual 44.768/2008.

**Art. 3º** O quadro de áreas do loteamento ficará assim especificado para fins de registro:

Tabela 1		
Área da Gleba	157.884,00m²	
Áreas Verdes	14.729,32m²	9,3292%
Lote 01 da Quadra 25 – 3.554,32m² – 2,2512%;		
Área de Preservação Permanente: 11.175,00m² – 7,0780%		
Áreas Institucionais	7.475,65m²	4,7349%
a) Lote 01 da Quadra 01, com área de 625,47m², que será destinado ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE;		
b) Lote 01 da Quadra 07, com área de 2.938,78m²;		
c) Lote 01 da Quadra 14, com área de 857,84m²;		
d) Lote 01 da Quadra 15, com área de 2.705,97m²;		
e) Lote 01 da Quadra 24, com área de 347,59m².		
Sistema Viário	52.412,75m²	33,1970%
Área de Lotes	83.266,28m²	52,7389%
Total		100%

Tabela 2		
Área Loteável	146.709,00m²	
Áreas Verdes	3.554,32m²	2,4227%
Lote 01 da Quadra 25		
Áreas Institucionais	7.475,65m²	5,0956%
Sistema Viário	52.412,75m²	35,7256%
Área de Lotes	83.266,28m²	56,7561%
Total		100%

Tabela 3		
Área para base de cálculo das áreas públicas considerando a área loteável, nos termos do art. 10, da Lei 1546/2019	146.709,00m²	
Áreas Verdes	14.670,90m²	10%
Áreas Institucionais	7.335,45m²	5%
Sistema Viário	29.341,80m²	20%
Total		35%

**§1º** A Área de Preservação Permanente com 11.175,00m², foi utilizada integralmente para compor o percentual das áreas verdes do loteamento, conforme dispõe o art. 10, §5º da Lei Municipal 1546/2019 e Decreto Estadual 44.768/2008, nos termos do art. 2º, §2º deste Decreto.

**§2º** Para fins de cálculo das áreas públicas, foi utilizada a área loteável, assim entendida como a área total da gleba objeto de parcelamento, subtraídas as áreas de preservação permanente, áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) e áreas verdes destinadas a parques florestais ou similares, conforme preceitos arts. 2º, inciso IX, e art. 10 da Lei 1546/2019.

**Art. 4º** Na forma do art. 22 da Lei Federal nº 6.766/79, passam a integrar o patrimônio público do Município de Monte Carmelo:

- I. Áreas verdes;
- II. Áreas institucionais;
- III. Sistema viário.

**Art. 5º** Ficam a cargo do loteador a implantação das seguintes obras de infraestrutura, conforme os projetos apresentados e aprovados pela Prefeitura Municipal:

- I. Abertura das vias de circulação;
- II. Demarcação de quadras e lotes;
- III. Rede de abastecimento de água;
- IV. Rede de coleta de esgotamento sanitário, interligado ao Sistema de Tratamento de Esgoto Municipal;
- V. Rede pública de distribuição de energia elétrica;
- VI. Guias e sarjetas;
- VII. Rede de coleta de águas pluviais;

VIII. Pavimentação asfáltica, contendo sinalização vertical e horizontal, incluindo placa indicativa de denominação dos logradouros públicos e construção de meio-fio, observadas as condições de acessibilidade;

IX. Arborização, segundo orientação municipal e do Plano de Arborização Urbana;

X. Isolamento, mediante a execução de cercas de arame lizo ou alambrado, no entorno das áreas verdes e áreas de preservação permanente;

XI. Pavimentação das calçadas nas áreas verdes e institucionais;

XII. A via de acesso quando executada pelo loteador deverá ter pelo menos uma das calçadas pavimentadas.

**Parágrafo único.** Para implantação dos incisos III e IV deste artigo, ficará sob a responsabilidade do loteador, sem prejuízo de outras obras de infraestrutura necessárias:

I. Projetar e executar captação de água com vazão mínima de 20,70 m³/h;

II. Projetar e executar reservatório elevado de distribuição de água com taxa seca de 8 metros e com volume mínimo de 30m³;

III. Projetar e executar reservatório enterrado/semienterrado/apoiado de distribuição de água com volume mínimo de 94,13m³;

IV. Projetar e executar estação elevatória de água para bombear água do reservatório enterrado/semienterrado/apoiado para o reservatório elevado;

V. Projetar e executar reforços estruturais nas cabeceiras das travessias do interceptor de esgotos sanitários, caso seja verificada a necessidade durante a execução do interceptor;

VI. Elaborar os projetos hidráulicos e estruturais conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução Normativa DMAE -05/2019, sem prejuízo da observância integral das demais normativas vigentes, inclusive na hipótese de eventual alteração(ões) posterior(ies);

VII. Submeter, oportunamente, os projetos hidráulicos e estruturais ao Setor de Engenharia do Departamento Municipal de Água e Esgoto para análise e aprovação;

VIII. Adotar todas as demais providências que se fizerem necessárias à implantação das obras de infraestrutura em sua integralidade, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

**Art. 6º** Mediante competente instrumento particular de garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Decreto, conforme certidão de caucionamento de Lotes nº 002/2020/CTAAPS/CCL, ficam caucionados 149 lotes do Loteamento Ruy Barbosa, assim especificados:

I. Lotes 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da Quadra 01;

II. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Quadra 02;

III. Lotes 01, 02, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra 03;

IV. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 da Quadra 08;

V. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 da Quadra 09;

VI. Lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 da Quadra 10;

VII. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 da Quadra 16;

VIII. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da Quadra 18;

IX. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Quadra 19.

**Art. 7º** A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos de loteamentos, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município, dentro da etapa planejada.

**Art. 8º** Após o registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, será expedida autorização para execução de obras, designada também por Ordem de Serviço – OS, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

**Art. 9º** Revoga-se o Decreto 2318, de 17 de setembro de 2020.

**Art. 10** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 13 de abril de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA  
Procuradora Geral do Município



## DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

ESTADO DE MINAS GERAIS



### PORTARIA Nº 289 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

O Diretor do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo/MG, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e,

**CONSIDERANDO** a necessidade da constituição de Comissão de Avaliação de Contas de Água, conforme determina o artigo 86 “caput” e parágrafos 1º e 2º do referido artigo da Lei 653 de 15 de Dezembro de 2006;

### RESOLVE:

**Artigo 1º** - Nomear os servidores constantes do quadro de pessoal do DMAE, para atuarem como membros da Comissão de Avaliação de Contas de Água.

- Junior Cesar Borges Martins
- Jesus Machado de Souza
- Claudenice Rosa Rodrigues Silva

**Artigo 2º** - A comissão ora constituída terá como atribuição reavaliar as contas de água faturadas, que apresentarem erros no valor lançado a maior ou a menor seja por causa de vazamentos, hidrômetros danificados, seja por erro de leitura, desde que o fato seja devidamente denunciado pelo consumidor, no prazo estabelecido no artigo 85 da Lei 653 de 15 de Dezembro de 2006.

**Artigo 3º** - A comissão devera basear sua decisão em laudos técnicos que comprovem que o valor lançado não é devido, justificando em parecer às razões sobre a diminuição ou não do valor da conta faturada denunciada.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 226 de 01 de Outubro de 2019.

**Artigo 5º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/03/2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 29 de Março de 2021.

ANTONIO NORBERTO PORTO  
DIRETOR GERAL INTERINO – DMAE



DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE ÁGUA E ESGOTO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 290 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

O Diretor do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo/MG, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Designar o servidor, **PAULO SÉRGIO JANUARIO**, para operar Poço Artesiano do Pronto Socorro Municipal de Monte Carmelo/MG.

**Artigo 2º** - Fica garantido ao servidor nomeado a comissão de 38% (trinta e oito por cento) prevista no artigo 12 da Lei 365/01 de 27/12/2001.

**Artigo 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 15/03/2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 29 de Março de 2021.

ANTONIO NORBERTO PORTO  
DIRETOR GERAL INTERINO – DMAE



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.**  
**Extrato do Segundo Termo de Apostilamento do Contrato nº 125/2017, Pregão nº 20/2017, Processo nº 36/2017.**  
Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: ELVIS BERNARDELLI - ME, CNPJ: 05.601.833/0001-21. **Objeto:** Refere-se à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação em reprodução de documentos (Outsourcing de Impressão), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos, para atender as necessidades de impressão da Prefeitura de Monte Carmelo-MG, conforme as especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais estabelecidas neste Edital e seus Anexos. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da do Contrato nº 125/2017, concedendo o reequilíbrio de acordo com o estudo técnico de reajuste de preços. Contrato nº 125/2017: item 01 – Impressão em formato A4 Colorida, o reajuste concedido de 17,03%, sendo o valor com reajuste do item 03 de R\$ 0,28. 23/03/2021. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG.**  
**AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 25/2021, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 33/2021.** Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços, de Locação de Caminhão Guindauto, com Motorista Operador, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo/MG, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 33/2021, modalidade Pregão SRP nº 25/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Eletro Epcel Ltda EPP, CNPJ: 04.163.744/0001-88. Data: 31/03/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO –**

**PREGÃO SRP Nº 25/2021, FORMA: PRESENCIAL – PROCESSO 33/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 33/2021, modalidade Pregão SRP nº 25/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Eletro Epcel Ltda EPP, CNPJ: 04.163.744/0001-88. **Data:** 05/04/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 25/2021, FORMA: PRESENCIAL - PROCESSO Nº 33/2021.** **Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 99/2021: Eletro Epcel Ltda EPP, CNPJ: 04.163.744/0001-88. **Valor Global:** R\$ 69.000,00. **Data:** 05/04/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993  
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e  
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 07 de 13 de abril de 2021

RESOLUÇÃO Nº 07/2021  
CMAS  
MONTE CARMELO/MG

**"DISPÕE SOBRE O PROCESSO ELEITORAL DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO PARA COMPOR A GESTÃO 2021-2023."**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG – no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Municipal nº 1473 de 22 de agosto de 2018.

**CONSIDERANDO** a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 1473, de 22 de agosto de 2018 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** o Caderno de Orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que dispõe sobre o Processo Eleitoral dos (as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 237, de 14 de dezembro de 2006 do CNAS, que define as diretrizes para estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 16, de 05 de maio de 2010 do CNAS, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 06, de 21 de maio de 2015, que regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e revoga a Resolução nº 24 de 16 de fevereiro de 2006;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Inscrever os seguintes seguimentos para participarem do processo eleitoral para a representação da sociedade civil organizada na Gestão 2021-2023, em Assembleia especialmente convocada para este fim, por meio do Edital nº 02/2021 publicado no Diário Oficial, neste Município de Monte Carmelo.

§1º - A Assembleia que trata o *caput* será realizada em Monte Carmelo, no dia 04/05/2021, das 08:00 horas às 11:00 horas, na Secretaria dos Conselhos Municipais, localizada na Rua Tito Fulgêncio, nº 117 – Centro.

§2º - O CMAS realizou o protocolo de convite ao Ministério Público para fiscalizar o pleito, conforme disposto na Lei Municipal nº 1473/2018.

§3º - Os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações dos trabalhadores da Área de Assistência Social serão doravante denominados segmentos de representação da sociedade civil.

**Art. 2º** - Conforme prevê a Lei Municipal nº 1473/2018, o CMAS é composto por 14 (quatorze) membros titulares e 14 (quatorze) membros suplentes, respeitada a paridade entre os representantes governamentais e da sociedade civil organizada.

**I- Representantes Governamentais:**

- a) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;
- b) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Saúde;



- c) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Secretaria Municipal da Fazenda;
- d) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Controladoria Geral do Município;
- e) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- f) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Procuradoria Geral do Município;
- g) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

## II. Representantes da Sociedade Civil Organizada, assim especificada:

- a) 3 (três) Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários e seus respectivos suplentes;
- b) 2 (dois) Representantes das Entidades e Organizações da Assistência Social e seus respectivos suplentes;
- c) 2 (dois) Representantes dos Trabalhadores do Setor da Assistência Social e seus respectivos suplentes.

§ 1º - Para cada titular do CMAS, terá um suplente que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - Os conselheiros representantes do Poder Público serão escolhidos e nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores públicos municipais, vinculados a cada uma das secretarias elencadas no inciso I, alíneas "a" a "g", e que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública (art. 12º da Resolução nº 237/2006).

§ 3º - Os candidatos representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários e seus respectivos suplentes são:

- a) Rosane Cristina da Silva (titular) e Lavinia Gonçalves Cardoso (suplente) - Representantes do CRAS Antônio Ferreira Gomes;
- b) Lazaro Rocha da Silva (titular) e Maria Glória de Faria (suplente) - Representantes da Associação dos Deficientes de Monte Carmelo (ADEMC);
- c) Daniel Antunes (titular) e Vanda Maria Pereira (suplente) Representantes do CEAI Edsel de Oliveira.

§ 4º - Os representantes das Entidades são:

- a) Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva;
- b) Associação Luta pela Vida;
- c) Casa de Repouso SSV;
- d) Associação dos Deficientes de Monte Carmelo - ADEMC;
- e) União Allan Kardec - Lar dos Idosos;
- f) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- g) Pequenas Comunidades Nossa Senhora do Carmo - CARMOCEB.

§ 5º - Os candidatos representantes dos Trabalhadores da Assistência Social e seus respectivos suplentes são:

- a) Thayane Fernandes Veloso (titular) e Dieli Susan Souza Vieira (suplente) - representantes do CRAS "Antônio Ferreira Gomes";
- b) Larissa de Oliveira Martins (titular) e Wellington Eli da Silva (suplente) - representantes do CREAS "Zélia Fernandes";
- c) Isaura Helena Lemes (titular) e Camilla Mundim Pereira (suplente) - representantes do CRAS Antônio Ferreira Gomes - Anexo Celso Bueno;
- d) Fabiana Aparecida Martins (titular) e Maria Flávia Gomes (suplente) - representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

A titularidade da representação da sociedade civil e respectiva suplência serão exercidas pelas entidades com maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata este artigo, reunidas em assembleia convocada pela presidente do CMAS, mediante edital publicado na imprensa ou no átrio da Prefeitura, e amplamente divulgado no Município.

§ 6º Somente é permitida a participação no CMAS de entidade juridicamente constituída e em regular funcionamento.

§ 7º - A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público (art. 11 da Resolução 237/2006 do CNAS).

Conforme prevê os artigos 17 e 18 da Lei Municipal nº 1473/2018, o mandato dos conselheiros observará:

- a) O mandato dos conselheiros representantes governamentais junto ao Conselho Municipal de Assistência Social será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, mediante ato designatório da autoridade competente.
- b) Os Conselheiros de Assistência do CMAS representantes da sociedade civil, exercerão mandato pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução automática ou a prorrogação de mandato, permitida uma recondução, desde que, haja nova eleição.

Art. 3º - Será responsável pela operacionalização da Assembleia de Votação para o

processo de escolha de novos membros do CMAS (representantes da Sociedade Civil) a Comissão Eleitoral, constituída por 3 (três) membros do CMAS, sendo exclusivamente da sociedade civil, através de reunião extraordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2021, juntamente com a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais.

Art. 4º - O voto será secreto e nominal.

Art. 5º - O horário de votação iniciará às 08:00 horas e encerrará às 11:00 horas, sendo os horários divididos por segmento com protocolos de segurança específicos, em razão do momento atual de pandemia ocasionada pela Covid -19.

Art. 6º - A Assembleia de votação seguirá os respectivos protocolos de segurança:

- a) uso obrigatório de máscara;
- b) o candidato deverá levar a própria caneta de cor azul ou preta;
- c) álcool em gel será disponibilizado na entrada da Secretaria dos Conselhos e no local de votação;
- d) poderão entrar um candidato por vez, e, caso haja fila de espera, esta ocorrerá com o devido distanciamento de 2 (dois) metros.

Art. 7º - Os membros da Comissão Organizadora Eleitoral designados na plenária do CMAS para a Assembleia de Votação não poderão votar.

Art. 8º - A assembleia de votação será presidida pela presidente do CMAS, e terá uma Mesa Coordenadora, composta pela Comissão Eleitoral.

Art. 9º - Caberá à Mesa Coordenadora registrar em ata, por meio eletrônico, com numeração contínua, os trabalhos efetuados e recolher a assinatura de todos os presentes.

Art. 10º - Os eleitores e candidatos habilitados que se encontrem acometidos pela Covid-19 ou com sintomas gripais poderão ser representados na Assembleia de Votação por meio de Procuração conforme ANEXO VI do Edital nº 02/2021, mediante reconhecimento de firma da assinatura do outorgante e instruída com atestado médico.

Art. 11º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 13 de abril de 2021.

*(Assinatura)*

**DÉBORA REJANE DE SOUZA MELO**  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (Gestão 2019-2021)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MINAS GERAIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação - Setor de Tributos - IPTU Av. Olegário Maciel, nº 129 - P. Antas - Bairro: Centro - CEP: 38.500-000		<b>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL</b> Nº 0465/2021
<b>DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)</b>		
Nome: ANTONIO ALVES DA SILVA	CPF/CNPJ: 598.714.901-00	
Endereço: RUA QUIRINO JOSE QUADROS, 1791	Bairro: BELO HORIZONTE	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000
<b>DADOS DO IMÓVEL</b>		
Inscrição/Estabelecimento: 14724	Quadra: 1010-B	Lote: 06
Endereço: RUA QUIRINO JOSE QUADROS, 1791	Bairro: BELO HORIZONTE	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000
<b>HISTÓRICO</b>		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN/IMS, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação - Setor de Tributos - IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.		
<b>LOCAL E DATA</b>		
Monte Carmelo - Minas Gerais, 31 de março de 2021.		
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA</b>		
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso		
Cargo: Especialista Tributário / 438.968		
Assinatura: <i>(Assinatura)</i>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL</b>		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 0465/2021, em de de 2021.		
Nome: CPF/RG:		
Assinatura:		
<b>ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL</b>		
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 0465/2021		Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matricula: 1041-3 Assinatura: <i>(Assinatura)</i>

## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: JEANNE CRISTINA COSTA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 270

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)